

Q1.

Texto 1

A Política de Tolerância Zero

Suas vozes frágeis e seus corpos miúdos sugerem que elas não têm mais de 7 anos, mas já conhecem a brutal realidade dos desafortunados cuja sina é cruzar fronteiras para sobreviver. O drama dessas crianças tiradas dos braços de seus pais e mães pela “política de tolerância zero” do governo americano tem comovido o mundo e dividido o país do presidente Donald Trump. Os relatos são de solidão e desespero para essas famílias divididas, que, não raro, mal podem se comunicar com o mundo exterior e não conseguem informações sobre o paradeiro de seus parentes após terem cruzado a fronteira do México para os EUA em busca de uma vida menos difícil. Em vez de encontrarem a realização de seu “sonho americano”, elas vêm sendo recebidas por essa prática de hostilidade reforçada na zona fronteiriça, que já separou mais de 2300 crianças de seus pais desde abril. Época, nº 1043. Adaptado.

Texto 2

“Isso é inacreditável. Autoridades do governo Trump estão enviando bebês e crianças pequenas... desculpem... há pelo menos três...”. Foi o que conseguiu dizer Rachel Maddow, âncora da MSNBC, antes de se render às lágrimas ao tentar noticiar esse drama infantil latino-americano, num vídeo que já viralizou”.

Época, nº 1043, p. 11.

A relação entre o texto 1 e o texto 2 é, respectivamente, de

- A) causa / consequência.
- B) afirmação / explicação.
- C) notícia / retificação.
- D) informação / ilustração.
- E) narração / repetição.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q2.

Texto 3

“A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é. O terremoto que aniquila uma comunidade ou a leucemia que destrói a vida de um jovem provocam em nós um sentimento íntimo de revolta, mas não se prestam à condenação moral. São eventos naturais, determinados por mecanismos causais inerentes ao mundo físico e que independem por completo da vontade e escolha humanas. Podemos, é claro, evitar a construção de cidades em áreas de risco e buscar a cura da leucemia; ou aceitar estoicamente os fatos; ou rezar. Mas seria absurdo supor que eventos como estes possam ser diferentes do que são”.

(Eduardo Giannetti, Vícios privados, benefícios públicos? São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 19)

Uma das marcas textuais é a coesão, que liga formalmente palavras do texto. O termo sublinhado no texto 3 que NÃO repete ou se refere a um termo anterior é:

- A) “A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é. O terremoto que aniquila uma comunidade ou a leucemia que destrói a vida de um jovem”.
- B) “A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é. O terremoto que aniquila uma comunidade ou a leucemia que destrói a vida de um jovem”.
- C) “A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é. O terremoto que aniquila uma comunidade ou a leucemia que destrói a vida de um jovem”.
- D) “Mas seria absurdo supor que eventos como estes possam ser diferentes do que são”.
- E) “Mas seria absurdo supor que eventos como estes possam ser diferentes do que são”.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Significação contextual de palavras e expressões

Fonte: TECNICO DO MINISTERIO PUBLICO - AREA ADMINISTRATIVA / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q3.

TEXTO 2 - Manual de princípios éticos para sites de medicina e saúde na internet

A veiculação de informações, a oferta de serviços e a venda de produtos médicos na Internet têm o potencial de promover a saúde mas também podem causar danos aos internautas, usuários e consumidores.

O CREMESP define a seguir princípios éticos norteadores de uma política de autorregulamentação e critérios de conduta dos sites de saúde e medicina na Internet.

1) TRANSPARÊNCIA

Deve ser transparente e pública toda informação que possa interferir na compreensão das mensagens veiculadas ou no consumo dos serviços e produtos oferecidos pelos sites com conteúdo de saúde e medicina. Deve estar claro o propósito do site: se é apenas educativo ou se tem fins comerciais na venda de espaço publicitário, produtos, serviços, atenção médica personalizada, assessoria ou aconselhamento. É obrigatória a apresentação dos nomes do responsável, mantenedor e patrocinadores diretos ou indiretos do site.

2) HONESTIDADE

Muitos sites de saúde estão a serviço exclusivamente dos patrocinadores, geralmente empresas de produtos e equipamentos médicos, além da indústria farmacêutica que, em alguns casos, interferem no conteúdo e na linha editorial, pois estão interessados em vender seus produtos.

A verdade deve ser apresentada sem que haja interesses ocultos. Deve estar claro quando o conteúdo educativo ou científico divulgado (afirmações sobre a eficácia, efeitos, impactos ou benefícios de produtos ou serviços de saúde) tiver o objetivo de publicidade, promoção e venda, conforme Resolução CFM N ° 1.595/2000.

3) QUALIDADE

A informação de saúde apresentada na Internet deve ser exata, atualizada, de fácil entendimento, em linguagem objetiva e cientificamente fundamentada. Da mesma forma produtos e serviços devem ser apresentados e descritos com exatidão e clareza. Dicas e aconselhamentos em saúde devem ser prestados por profissionais qualificados, com base em estudos, pesquisas, protocolos, consensos e prática clínica.

Os sites com objetivo educativo ou científico devem garantir a autonomia e independência de sua política editorial e de suas práticas, sem vínculo ou interferência de eventuais patrocinadores.

Deve estar visível a data da publicação ou da revisão da informação, para que o usuário tenha certeza da atualidade do site. Os sites devem citar todas as fontes utilizadas para as

informações, critério de seleção de conteúdo e política editorial do site, com destaque para nome e contato com os responsáveis.

O segmento abaixo que mostra exemplo de linguagem coloquial é:

- A) "A informação de saúde apresentada na Internet deve ser exata, atualizada, de fácil entendimento, em linguagem objetiva e cientificamente fundamentada";
- B) "Da mesma forma produtos e serviços devem ser apresentados e descritos com exatidão e clareza";
- C) "Dicas e aconselhamentos em saúde devem ser prestados por profissionais qualificados, com base em estudos, pesquisas, protocolos, consensos e prática clínica";
- D) "Deve estar visível a data da publicação ou da revisão da informação, para que o usuário tenha certeza da atualidade do site";
- E) "Os sites devem citar todas as fontes utilizadas para as informações, critério de seleção de conteúdo e política editorial do site, com destaque para nome e contato com os responsáveis".

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Estruturação do texto e dos parágrafos; Equivalência e transformação de estruturas

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR / TJ/SC / 2018 / FGV

Q4.

Texto 1 - Garoto das Meias Vermelhas (Carlos Heitor Cony)

Ele era um garoto triste. Procurava estudar muito.

Na hora do recreio ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa.

Todos os outros meninos zombavam dele, por causa das suas meias vermelhas. Um dia, o cercaram e lhe perguntaram porque ele só usava meias vermelhas.

Ele falou, com simplicidade: "No ano passado, quando fiz aniversário, minha mãe me levou ao circo. Colocou em mim essas meias vermelhas. Eu reclamei. Comecei a chorar. Disse que todo mundo ia rir de mim, por causa das meias vermelhas.

Mas ela disse que tinha um motivo muito forte para me colocar as meias vermelhas. Disse que se eu me perdesse, bastaria ela olhar para o chão e quando visse um menino de meias vermelhas, saberia que o filho era dela."

"Ora", disseram os garotos, "mas você não está num circo. Por que não tira essas meias vermelhas e as joga fora?"

O menino das meias vermelhas olhou para os próprios pés, talvez para disfarçar o olhar lacrimoso e explicou:

"É que a minha mãe abandonou a nossa casa e foi embora. Por isso eu continuo usando essas meias vermelhas. Quando ela passar por mim, em qualquer lugar em que eu esteja, ela vai me encontrar e me levará com ela."

Carlos Heitor Cony, Crônicas (adaptado)

"Na hora do recreio ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa".

A forma de reescrever esse segmento do texto 1 que altera o seu significado original é:

- A) Na hora do recreio, como se estivesse procurando alguma coisa, ficava afastado dos colegas;
- B) Ficava afastado dos colegas na hora do recreio, como se estivesse procurando alguma coisa;

- C) Ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa, na hora do recreio;
- D) Como se estivesse procurando alguma coisa, ficava afastado dos colegas na hora do recreio;
- E) Como se estivesse procurando alguma coisa na hora do recreio, ficava afastado dos colegas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Sintaxe / Processos de coordenação e subordinação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR / TJ/SC / 2018 / FGV

Q5.

Texto 1 - Garoto das Meias Vermelhas (Carlos Heitor Cony)

Ele era um garoto triste. Procurava estudar muito.
Na hora do recreio ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa.
Todos os outros meninos zombavam dele, por causa das suas meias vermelhas. Um dia, o cercaram e lhe perguntaram porque ele só usava meias vermelhas.
Ele falou, com simplicidade: "No ano passado, quando fiz aniversário, minha mãe me levou ao circo. Colocou em mim essas meias vermelhas. Eu reclamei. Comecei a chorar. Disse que todo mundo ia rir de mim, por causa das meias vermelhas.
Mas ela disse que tinha um motivo muito forte para me colocar as meias vermelhas. Disse que se eu me perdesse, bastaria ela olhar para o chão e quando visse um menino de meias vermelhas, saberia que o filho era dela."
"Ora", disseram os garotos, "mas você não está num circo. Por que não tira essas meias vermelhas e as joga fora?"
O menino das meias vermelhas olhou para os próprios pés, talvez para disfarçar o olhar lacrimoso e explicou:
"É que a minha mãe abandonou a nossa casa e foi embora. Por isso eu continuo usando essas meias vermelhas. Quando ela passar por mim, em qualquer lugar em que eu esteja, ela vai me encontrar e me levará com ela."

Carlos Heitor Cony, Crônicas (adaptado)

"Ele era um garoto triste. Procurava estudar muito".

Esse primeiro parágrafo do texto 1 é formado por duas orações.

A respeito da estrutura desse parágrafo, a afirmativa correta é:

- A) a segunda oração é consequência da primeira;
- B) a primeira oração é condição da segunda;
- C) as duas orações são independentes semanticamente;
- D) a segunda oração é explicação da primeira;
- E) as duas orações são interdependentes.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego de tempos e modos verbais

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO - ADMINISTRADOR / COMPESA / 2018 / FGV

Q6.

Texto 1

A Política de Tolerância Zero

Suas vozes frágeis e seus corpos miúdos sugerem que elas não têm mais de 7 anos, mas já conhecem a brutal realidade dos desafortunados cuja sina é cruzar fronteiras para sobreviver. O drama dessas crianças tiradas dos braços de seus pais e mães pela “política de tolerância zero” do governo americano tem comovido o mundo e dividido o país do presidente Donald Trump. Os relatos são de solidão e desespero para essas famílias divididas, que, não raro, mal podem se comunicar com o mundo exterior e não conseguem informações sobre o paradeiro de seus parentes após terem cruzado a fronteira do México para os EUA em busca de uma vida menos difícil. Em vez de encontrarem a realização de seu “sonho americano”, elas vêm sendo recebidas por essa prática de hostilidade reforçada na zona fronteira, que já separou mais de 2300 crianças de seus pais desde abril. Época, nº 1043. Adaptado.

Texto 2

“Isso é inacreditável. Autoridades do governo Trump estão enviando bebês e crianças pequenas... desculpem... há pelo menos três...”. Foi o que conseguiu dizer Rachel Maddow, âncora da MSNBC, antes de se render às lágrimas ao tentar noticiar esse drama infantil latino-americano, num vídeo que já viralizou”.

Época, nº 1043, p. 11.

As opções a seguir mostram um verbo empregado nos textos 1 ou 2, acompanhado de um substantivo correspondente.

Assinale a opção em que essa correspondência está errada.

- A) viralizar / visão.
- B) cruzar / cruzamento.
- C) comover / comoção.
- D) receber / recepção.
- E) enviar / envio.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Pontuação

Fonte: ESPECIALISTA - ASSISTENTE SOCIAL / Câmara de Salvador/BA / 2018 / FGV

Q7.

Intercâmbio de alimentos

Renato Mocelline/Rosiane de Camargo, História em debate. São Paulo: Editora do Brasil, p. 72.

A chegada dos europeus à América foi o começo de uma das transformações mais revolucionárias nos hábitos alimentares dos seres humanos.

Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa pelas dificuldades que tinham de encontrar os tão desejados metais preciosos.

Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa, a flora e a fauna de ambos os continentes foram modificadas, pois diversas plantas e animais adaptaram-se aos novos climas. Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida.

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”.

Na reescritura desse segmento do texto 2, a pontuação está INADEQUADA em relação às regras de pontuação em:

- A) Os espanhóis, nos primeiros anos de conquista, resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- B) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos e, por isso, trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- C) Nos primeiros anos da conquista os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- D) Os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, nos primeiros anos de conquista; trouxeram consigo, por isso, plantas e animais de sua terra natal;
- E) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, e, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Estrutura e formação de palavras

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - GERAL / MPE/AL / 2018 / FGV

Q8.

NÃO FALTOU SÓ ESPINAFRE

A crise não trouxe apenas danos sociais e econômicos. Mostrou também danos morais.

Aconteceu num mercadinho de bairro em São Paulo. A dona, diligente, havia conseguido algumas verduras e avisou à clientela. Formaram-se uma pequena fila e uma grande discussão. Uma senhora havia arrematado todos os dez maços de espinafre. No caixa, outras freguesas perguntaram se ela tinha restaurante. Não tinha. Observaram que a verdura acabaria estragada. Ela explicou que ia cozinhar e congelar. Então, foram ao ponto: caramba, havia outras pessoas na fila, ela não poderia levar só o que consumiria de imediato?

"Não, estou pagando e cheguei primeiro", foi a resposta.

Compras exageradas nos supermercados, estoques domésticos, filas nervosas nos postos de combustível – teve muito comportamento na base de cada um por si.

Cabem nessa categoria as greves e manifestações oportunistas. Governo, cedendo, também vou buscar o meu – tal foi o comportamento de muita gente.

Carlos A. Sardenberg, in O Globo, 31/05/2018.

"A crise não trouxe apenas danos sociais e econômicos"; se juntarmos os adjetivos sublinhados em um só vocábulo, a forma adequada será

- A) sociais-econômicos.
- B) social-econômicos.
- C) sociais-econômico.
- D) socioeconômicos.
- E) socioeconômicos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Funções das classes de palavras

Fonte: ASSISTENTE DE SANEAMENTO E GESTÃO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / COMPESA / 2018 / FGV

Q9.

Texto 1

Uma carta e o Natal

Este será o primeiro Natal que enfrentaremos, pródigos e lúcidos. Até o ano passado conseguimos manter o mistério — e eu amava o brilho de teus olhos quando, manhã ainda, vinhas cambaleando de sono em busca da árvore que durante a noite brotara embrulhos e coisas. Havia um rito complicado e que começava na véspera, quando eu te mostrava a estrela de onde Papai Noel viria, com seu trenó e suas renas, abarrotado de brinquedos e presentes.

Tu ias dormir e eu velava para que dormisses bem e profundamente. Tua irmã, embora menor, creio que ela me embromava: na realidade, ela já devia pressentir que Papai Noel era um mito que nós fazíamos força para manter em nós mesmos. Ela não fazia força para isso, e desde que a árvore amanhecesse florida de pacotes e coisas, tudo dava na mesma. Contigo era diferente. Tu realmente acreditavas em mim e em Papai Noel.

Na escola te corromperam. Disseram que Papai Noel era eu — e eu nem posso repelir a infâmia e o falso testemunho. De qualquer forma, pediste um acordeão e uma caneta — e fomos juntos, de mãos dadas, escolher o acordeão.

O acordeão veio logo, e hoje, quando o encontrar na árvore, já vai saber o preço, o prazo da garantia, o fabricante. Não será o mágico brinquedo de outros Natais.

Quanto à caneta, também a compramos juntos. Escolheste a cor e o modelo, e abasteceste de tinta, para "já estar pronta" no dia de Natal. Sim, a caneta estava pronta. Arrumamos juntos os presentes em volta da árvore. Foste dormir, eu quedei sozinho e desesperado.

E apanhei a caneta. Escrevi isto. Não sei, ainda, se deixarei esta carta junto com os demais brinquedos. Porque nisso tudo o mais roubado fui eu. Meu Natal acabou e é triste a gente não poder mais dar água a um velhinho cansado das chaminés e tetos do mundo.

Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 31/12/2017.

"Este será o primeiro Natal que enfrentaremos, pródigos e lúcidos"; o adjetivo "lúcidos" se justifica porque

- A) a noite de Natal é cheia de luz.
- B) as fantasias do Natal se haviam extinguido.
- C) os presentes tinham sido comprados por pai e filha juntos.
- D) a própria filha havia escolhido os presentes do Natal.
- E) o pai entrara em acordo com a filha sobre os presentes.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Flexão nominal e verbal

Fonte: ESPECIALISTA LEGISLATIVO -CONTABILIDADE / Assembleia Legislativa/RJ / 2017 / FGV

Q10.

Comunicação Política na Suíça

Os cidadãos suíços são convocados a se pronunciar periodicamente, de quatro a cinco vezes por ano aproximadamente, sobre um total de quinze temas da atualidade política. Além de cada uma dessas votações populares, os cidadãos são convidados a dar suas opiniões (votando simplesmente sim ou não) sobre três ou quatro problemas de interesse nacional, aos quais se acrescentam alguns tópicos especiais dos cantões e das comunas. Esse sistema repousa sobre a iniciativa popular e sobre o referendium, que permitem a uma minoria, respectivamente 100.000 cidadãos, no caso da iniciativa popular, e 50.000, no caso do referendium, obrigar o conjunto do país a se interessar sobre o que a preocupa.

(Argumentação, Hermès. Paris: CNRS Edições.
2011, p. 58)

Cidadãos e *opiniões* são substantivos formados com o sufixo -ão, que fazem seus plurais, exata e respectivamente, como:

- A) escrivão / vulcão;
- B) cristão / ademão;
- C) anão / corrimão;
- D) chorão / ancião;
- E) cartão / aldeão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de Caruaru/PE / 2015 / FGV

Q11.

A epidemia de dengue neste ano no Estado de São Paulo tem provocado, em média, mais de uma morte por dia. Desde o início do ano, já são ao menos 122 óbitos, segundo levantamento da Folha de São Paulo em 60 dos 645 municípios paulistas. Esse é o maior número em quatro anos e um dos mais altos da série histórica do Ministério da Saúde. O pico da doença, no entanto, ainda não chegou. Isso deve ocorrer entre o fim de abril e o começo de maio, devido ao comportamento do clima e à sazonalidade do mosquito transmissor.

(Luiz Carlos Murauskas. Folhapress)

O texto emprega algumas formas de pronomes demonstrativos:

“ A epidemia de dengue neste (1) ano no Estado de São Paulo”;

“ Esse (2) é o maior número em quatro anos” e “Isso (3) deve ocorrer entre o fim de abril e o começo de maio”.

Sobre as ocorrências numeradas desses pronomes, assinale a afirmativa correta.

- A) As ocorrências (1) e (3) se justificam pela relação com o tempo presente.
- B) A ocorrência (2) se justifica por se referir a um termo anteriormente citado.
- C) A ocorrência (1) se justifica pela referência a um termo futuro.
- D) A ocorrência (3) se justifica pela referência a um termo anterior mais distante.
- E) As ocorrências (2) e (3) se justificam por se referirem a termos futuros.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Concordância nominal e verbal

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO / MPE/BA / 2017 / FGV

Q12.

TEXTO 1 - REFEIÇÃO EM FAMÍLIA

Rosely Sayão

Os meios de comunicação, devidamente apoiados por informações científicas, dizem que alimentação é uma questão de saúde. Programas de TV ensinam a comer bem para manter o corpo magro e saudável, livros oferecem cardápios de populações com alto índice de longevidade, alimentos ganham adjetivos como "funcionais". Temos dietas para cardíacos, para hipertensos, para gestantes, para obesos, para idosos. Cada vez menos a família se reúne em torno da mesa para compartilhar a refeição e se encontrar, trocar ideias, saber uns dos outros. Será falta de tempo? Talvez as pessoas tenham escolhido outras prioridades: numa pesquisa recente sobre as refeições, 69% dos entrevistados no Brasil relataram o hábito de assistir à TV enquanto se alimentam.

[....]

O horário das refeições é o melhor pretexto para reunir a família porque ocorre com regularidade e de modo informal. E, nessa hora, os pais podem expressar e atualizar seus afetos pelos filhos de modo mais natural.

(adaptado)

"...69% dos entrevistados no Brasil relataram o hábito de assistir à TV enquanto se alimentam".

Temos aqui uma concordância que envolve elementos de porcentagem; a frase abaixo que mostra incorreção nesse tipo de concordância é:

- A) 5% da turma vieram ao show;
- B) 89% dos brasileiros mostram alimentação pouco saudável;
- C) 1% dos entrevistados demonstraram fraqueza;
- D) chegou apenas 3% dos convidados;
- E) compareceram 23% dos artistas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Regência nominal e verbal

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q13.

TEXTO 1 – O futuro da medicina

O avanço da tecnologia afetou as bases de boa parte das profissões. As vítimas se contam às dezenas e incluem músicos, jornalistas, carteiros etc. Um ofício relativamente poupado até aqui é o de médico. Até aqui. A crer no médico e "geek" Eric Topol, autor de "The Patient Will See You Now" (o paciente vai vê-lo agora), está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, mas que terá impactos positivos para os pacientes. Para Topol, o futuro está nos smartphones. O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina. Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais.

Está para chegar ao mercado um apetrecho que transforma o celular num verdadeiro laboratório de análises clínicas, realizando mais de 50 exames a uma fração do custo atual. Também é possível, adquirindo lentes que custam centavos, transformar o smartphone num supermicroscópio que permite fazer diagnósticos ainda mais sofisticados.

Tudo isso aliado à democratização do conhecimento, diz Topol, fará com que as pessoas administrem mais sua própria

saúde, recorrendo ao médico em menor número de ocasiões e de preferência por via eletrônica. É o momento, assegura o autor, de ampliar a autonomia do paciente e abandonar o paternalismo que desde Hipócrates assombra a medicina.

Concordando com as linhas gerais do pensamento de Topol, mas acho que, como todo entusiasta da tecnologia, ele provavelmente exagera. Acho improvável, por exemplo, que os hospitais caminhem para uma rápida extinção. Dando algum desconto para as previsões, "The Patient..." é uma excelente leitura para os interessados nas transformações da medicina.

Folha de São Paulo online – Coluna Hélio Schwartzman – 17/01/2016.

"está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, mas que terá impactos positivos para os pacientes".

Nesse segmento do texto 1, o termo "da qual" é decorrente da regência do verbo "escapar"; a frase abaixo em que o termo sublinhado está erradamente empregado é:

- A) essa é uma revolução com a qual discordamos;
- B) esses são os fatos contra os quais lutamos;
- C) essas são as dificuldades com as quais nos defrontamos;
- D) esses são os resultados aos quais aludimos;
- E) essa é a mudança à qual visamos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Ocorrência de crase

Fonte: ANALISTA DO MINISTERIO PUBLICO - AREA PROCESSUAL / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q14.

Problemas Sociais Urbanos

Brasil escola

Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades. A especulação imobiliária favorece o encarecimento dos locais mais próximos dos grandes centros, tornando-os inacessíveis à grande massa populacional. Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras, o que contribui para que a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes.

Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham, uma vez que a esmagadora maioria dos habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários. Incluem-se a isso as precárias condições de transporte público e a péssima infraestrutura dessas zonas segregadas, que às vezes não contam com saneamento básico ou asfalto e apresentam elevados índices de violência.

A especulação imobiliária também acentua um problema cada vez maior no espaço das grandes, médias e até pequenas cidades: a questão dos lotes vagos. Esse problema acontece por dois principais motivos: 1) falta de poder aquisitivo da população que possui terrenos, mas que não possui condições de construir neles e 2) a espera pela valorização dos lotes para que esses se tornem mais caros para uma venda posterior. Esses lotes vagos geralmente apresentam problemas como o acúmulo de lixo, mato alto, e acabam tornando-se focos de doenças, como a dengue.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Problemas socioambientais urbanos"; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/problemas-ambientais-sociais-decorrentes-urbanizacao.htm>. Acesso em 14 de abril de 2016.

No texto 1, há quatro ocorrências do acento grave indicativo da crase: "vise à promoção de políticas de controle"(1), "tornandoos inacessíveis à grande massa populacional"(2), "Além disso, à medida que as cidades crescem"(3) e "que às vezes não contam com saneamento básico"(4).

Os casos de crase que correspondem à união de preposição + artigo definido são:

- A) 1 e 2;
- B) 1 e 4;
- C) 2 e 3;
- D) 3 e 4;
- E) todos eles.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Ortografia oficial

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / MPE/AL / 2018 / FGV

Q15.

NÃO FALTOU SÓ ESPINAFRE

A crise não trouxe apenas danos sociais e econômicos. Mostrou também danos morais.

Aconteceu num mercadinho de bairro em São Paulo. A dona, diligente, havia conseguido algumas verduras e avisou à clientela. Formaram-se uma pequena fila e uma grande discussão. Uma senhora havia arrematado todos os dez maços de espinafre. No caixa, outras freguesas perguntaram se ela tinha restaurante. Não tinha. Observaram que a verdura acabaria estragada. Ela explicou que ia cozinhar e congelar. Então, foram ao ponto: caramba, havia outras pessoas na fila, ela não poderia levar só o que consumiria de imediato?

"Não, estou pagando e cheguei primeiro", foi a resposta.

Compras exageradas nos supermercados, estoques domésticos, filas nervosas nos postos de combustível – teve muito comportamento na base de cada um por si.

Cabem nessa categoria as greves e manifestações oportunistas. Governo, cedendo, também vou buscar o meu – tal foi o comportamento de muita gente.

Carlos A. Sardenberg, in O Globo, 31/05/2018.

No segmento a seguir, a pergunta é feita em discurso indireto.

"No caixa, outras freguesas perguntaram se ela tinha restaurante."

Assinale a opção que apresenta a forma dessa pergunta em discurso direto.

- A) A senhora tinha restaurante?
- B) A senhora tinha tido restaurante?
- C) A senhora teria restaurante?
- D) A senhora teve restaurante?
- E) A senhora tem restaurante?

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q16.

TEXTO - Ressentimento e Covardia

Tenho comentado aqui na Folha em diversas crônicas, os usos da internet, que se ressentem ainda da falta de uma legislação específica que coíba não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação. A maioria dos abusos, se praticados em outros meios, seriam crimes já especificados em lei, como a da imprensa, que pune injúrias, difamações e calúnias, bem como a violação dos direitos autorais, os plágios e outros recursos de apropriação indébita.

No fundo, é um problema técnico que os avanços da informática mais cedo ou mais tarde colocarão à disposição dos usuários e das autoridades. Como digo repetidas vezes, me valendo do óbvio, a comunicação virtual está em sua pré-história.

Atualmente, apesar dos abusos e crimes cometidos na internet, no que diz respeito aos cronistas, articulistas e escritores em geral, os mais comuns são os textos atribuídos ou deformados que circulam por aí e que não podem ser desmentidos ou esclarecidos caso por caso. Um jornal ou revista é processado se publicar sem autorização do autor um texto qualquer, ainda que em citação longa e sem aspas. Em caso de injúria, calúnia ou difamação, também. E em caso de falsear a verdade propositalmente, é obrigado pela justiça a desmentir e dar espaço ao contraditório.

Nada disso, por ora, acontece na internet. Prevalece a lei do cão em nome da liberdade de expressão, que é mais expressão de ressentidos e covardes do que de liberdade, da verdadeira liberdade.

(Carlos Heitor Cony, Folha de São Paulo, 16/05/2006 – adaptado)

Duas palavras do texto que obedecem à mesma regra de acentuação gráfica são:

- A) indébita / também;
- B) história / veículo;
- C) crônicas / atribuídos;
- D) coíba / já;
- E) calúnia / plágio.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Institucional / Lei nº 6.677/1994, de 26.09.1994 (Estatuto dos Servidores Públicos da Bahia)

Q17.

José, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de assistente técnico-administrativo do Ministério Público da Bahia, foi aposentado por invalidez, no ano de 2016. Ocorre que, no ano de 2017, os motivos determinantes de sua aposentadoria foram declarados insubsistentes por junta médica oficial.

Dessa forma, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, a Administração Pública determinou o retorno de José ao trabalho, mediante:

- A) o aproveitamento, no mesmo cargo ou em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;

- B) a reversão, no mesmo cargo ou no cargo resultante da transformação, permanecendo o servidor em disponibilidade remunerada enquanto não houver vaga;
- C) a reintegração, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em cargo resultante da transformação com atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;
- D) a recondução, sem direito à indenização, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em outro cargo dentro da mesma carreira com remuneração compatível com o anteriormente ocupado;
- E) a readaptação, em cargo com novas atribuições, compatíveis com a limitação que o servidor tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, garantida a remuneração do cargo de que é titular.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Componentes de um computador: hardware e software

Fonte: TÉCNICO PORTUÁRIO - APOIO ADMINISTRATIVO / CODEBA / 2016 / FGV

Q18.

No sistema operacional Windows XP, versão em português, um funcionário de nível médio da CODEBA acessou a pasta CONTRATOS no disco C:\ e, após selecionar o arquivo EDITAL.PDF, pressionou a tecla Delete, o que gerou a imediata transferência do arquivo para o recurso Lixeira.

Para recuperá-lo e retornar à situação anterior, ele deve realizar um procedimento para desfazer a última ação.

Esse procedimento corresponde ao seguinte atalho de teclado

- A) Alt + X
- B) Ctrl + X
- C) Alt + Y
- D) Ctrl + Z
- E) Alt + Z

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Arquitetura básica de computadores / Unidade central

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO - ADMINISTRATIVA / ALBA / 2014 / FGV

Q19.

Quando se verifica, na especificação de um microcomputador ou notebook, o nome "Intel Core i7", a referência está sendo feita ao seguinte componente de hardware:

- A) cache.
- B) flash RAM.
- C) placa de vídeo.
- D) microprocessador.
- E) coprocessador aritmético.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Arquitetura básica de computadores / Memória: tipos e tamanhos

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / MPE/AL / 2018 / FGV

Q20.

Quando a alimentação do computador é desligada, esse tipo de memória perde seu conteúdo.

Esta característica é suficiente para classificar esta memória como

- A) dinâmica.
- B) estática.
- C) não volátil.
- D) regravável.
- E) volátil.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Periféricos / Impressoras, drivers de disco fixo (Winchester), disquete, CD-ROM

Fonte: ASSISTENTE DE SANEAMENTO E GESTÃO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / COMPESA / 2018 / FGV

Q21.

Um disco Blue Ray de uma camada (single layer) e tamanho padrão (12 cm) possui capacidade de armazenamento de, aproximadamente,

- A) 1 TB.
- B) 1,44 MB.
- C) 4,7 GB.
- D) 25 GB.
- E) 700 MB.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / MS Windows 10 BR / Windows Explorer: Tipos de arquivos, localização, criação, cópia e remoção de arquivos, cópias de arquivos para outros dispositivos e cópias de segurança, uso da lixeira para remover e recuperar arquivos, uso da ajuda do Windows

Fonte: ASSISTENTE DE SANEAMENTO E GESTÃO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / COMPESA / 2018 / FGV

Q22.

Obs.: considere que o usuário possui todas as permissões necessárias para completar a tarefa.

Utilizando o Windows Explorer, um usuário realiza a operação de arrastar, com o botão esquerdo do mouse, um arquivo que está dentro de uma pasta do disco local C: para outra pasta do disco local D.

Assinale a opção que indica o resultado dessa operação.

- A) Nada irá acontecer.
- B) O arquivo será copiado.
- C) O arquivo será movido.
- D) O Windows irá perguntar ao usuário o que ele deseja que seja feito.
- E) Um atalho será criado no disco local D.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / MS Windows 10 BR / Uso do teclado, uso do mouse, janelas e seus botões, diretórios e arquivos

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / MPE/AL / 2018 / FGV

Q23.

No Windows 10, em Língua Portuguesa, é possível abrir uma pasta no Windows Explorer com um único clique do mouse, ao invés do duplo clique usual.

Para isso é preciso alterar as configurações padrão em

- A) Painel de Controle -> Aparência e Personalização -> Fontes.
- B) Painel de Controle -> Aparência e Personalização -> Opções de Pasta.
- C) Painel de Controle -> Facilidade de Acesso -> Central de Facilidade de Acesso.
- D) Painel de Controle -> Sistema e Segurança -> Sistema.
- E) Propriedades do Windows Explorer.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / MS Office 2016 BR / Excel

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / MPE/AL / 2018 / FGV

Q24.

Depois de, a pedido de sua chefe, escrever o código de uma macro no MS Excel 2016, o usuário salvou o seu trabalho com o nome "final.xlsx" (sem aspas). Embora tenha aparecido uma mensagem de alerta, que ele simplesmente ignorou sem ler, ele enviou o arquivo para a apreciação de sua chefe. Esta, ao receber o e-mail, percebeu que não havia nenhuma macro no arquivo.

Isto ocorreu porque

- A) arquivos Excel com macros devem ser salvos com a extensão xlsx.
- B) não é possível enviar arquivos com macros por e-mail.
- C) o MS Excel não é compatível com macros.
- D) o usuário enviou somente o arquivo com as planilhas e não enviou o arquivo com as macros "final.mcrs".
- E) pela descrição dos fatos, o usuário se esqueceu que as macros precisam ser salvas em separado das planilhas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-Matemático / Entendimento da estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados

Fonte: ASSISTENTE DE SANEAMENTO E GESTÃO - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / COMPESA / 2018 / FGV

Q25.

Ana, Cecília, Laura, Maria e Tânia são meninas com idades diferentes. Sabe-se que Laura é mais velha que Cecília, mas é mais nova que Ana. Por sua vez, Ana é mais nova que Maria, que é mais velha que Tânia, que é mais velha que Laura.

É correto concluir que

- A) Tânia é mais nova que Ana.
- B) Laura é mais velha que Tânia.
- C) Cecília é mais nova que Tânia.
- D) Maria não é a mais velha das cinco meninas.
- E) Cecília é mais velha que Ana.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO - ADMINISTRADOR / COMPESA / 2018 / FGV

Q26.

Considere a sentença a seguir.

“Todo pernambucano gosta de peixe e torce pelo Náutico.”

A negação lógica da sentença dada é

- A) “Nenhum pernambucano gosta de peixe e torce pelo Náutico.”
- B) “Todo pernambucano não gosta de peixe e não torce pelo Náutico.”
- C) “Algum pernambucano não gosta de peixe e não torce pelo Náutico.”
- D) “Algum pernambucano não gosta de peixe ou não torce pelo Náutico.”
- E) “Algum pernambucano gosta de peixe e não torce pelo Náutico.”

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-Matemático / Raciocínio verbal, raciocínio matemático e raciocínio sequencial

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO - ANALISTA DE GESTÃO DE PESSOAS (HABILITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO) / COMPESA / 2018 / FGV

Q27.

Considere uma sequência de números na qual cada número, a partir do terceiro, é a soma dos dois anteriores.

Se o quinto número dessa sequência é 88 e o sétimo é 229, então o segundo número é

- A) 17.
- B) 18.
- C) 19.
- D) 20.
- E) 21.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Raciocínio Lógico-Matemático / Orientação espacial e temporal

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de Caruaru/PE / 2015 / FGV

Q28.

Em um determinado ano, o mês de maio teve exatamente quatro segundas-feiras e exatamente quatro sextas-feiras.

Nesse ano, o aniversário de emancipação política de Caruaru, comemorado no dia 18 de maio, caiu em

- A) um sábado.
- B) um domingo.
- C) uma segunda-feira.
- D) uma quarta-feira.

- E) uma sexta-feira.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias constitucionais / Art. 5º da Constituição - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR / TJ/SC / 2018 / FGV

Q29.

Antônio, insatisfeito com as práticas comerciais adotadas por determinados lojistas, decidiu confeccionar uma “carta aberta” na qual veiculava severas críticas às referidas práticas. Por temer represálias, Antônio não se identificava, inexistindo qualquer informação que permitisse vincular as críticas ao respectivo autor.

À luz da sistemática constitucional, o ato de Antônio está:

- A) dissonante da Constituição, pois a liberdade de expressão não permite a divulgação pública de opiniões sem autorização;
- B) dissonante da Constituição, pois, apesar de ser livre a manifestação do pensamento, é vedado o anonimato;
- C) em harmonia com a Constituição, pois a liberdade de expressão, na democracia, não encontra qualquer limitação;
- D) em harmonia com a Constituição, pois os lojistas desempenham função pública, sujeitando-os à crítica;
- E) em harmonia com a Constituição, pois a liberdade de pensamento não está sujeita a qualquer limitador.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias constitucionais / Direitos sociais

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR / TJ/SC / 2015 / FGV

Q30.

Os denominados direitos sociais apresentam algumas distinções em relação aos direitos individuais, daí decorrendo variações quanto ao seu delineamento e à sua projeção na realidade. A partir dessas distinções, analise as afirmativas a seguir:

I – Os direitos individuais transmudam-se em sociais sempre que analisados sob a ótica coletiva, alcançando a sociedade como um todo.

II – O direito de greve é um direito social, não dependendo de uma prestação estatal específica para o seu exercício.

III – As liberdades clássicas são incluídas na categoria dos direitos individuais e atuam como limitadores à ação estatal sobre a esfera jurídica individual.

Está correto o que se afirma em:

- A) somente I;
 - B) somente III;
 - C) somente I e II;
 - D) somente II e III;
 - E) I, II e III.
-

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias constitucionais / Cidadania e direitos políticos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR / TJ/SC / 2018 / FGV

Q31.

Antônio, Juiz de Direito, com o objetivo de colaborar para o crescimento do País, estava refletindo sobre a possibilidade de se filiar a um partido político e de se dedicar ao magistério superior, ministrando a disciplina "Ciência Política."

Considerando as vedações que recaem sobre os magistrados, Antônio:

- A) pode exercer o magistério e, autorizado pelo Tribunal, filiar-se a partido político;
- B) apenas não pode filiar-se a partido político;
- C) não pode praticar nenhuma das condutas;
- D) apenas não pode exercer o magistério;
- E) pode praticar ambas as condutas.

Noções de Direito Constitucional / Normas Constitucionais relativas à Administração Pública e aos servidores públicos

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - ÁREA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS 2 / Câmara de Salvador/BA / 2018 / FGV

Q32.

José, servidor público do Legislativo Municipal, exerce função de confiança, na qualidade de chefe do departamento de arquivo geral de determinada Câmara Municipal, no Estado da Bahia.

De acordo com as disposições constitucionais que regem a matéria, é correto afirmar que José:

- A) é necessariamente ocupante de cargo em comissão;
- B) é necessariamente ocupante de cargo efetivo;
- C) é necessariamente não concursado e exerce cargo de livre nomeação e exoneração;
- D) pode ser ocupante de cargo efetivo ou não concursado no exercício de cargo de livre nomeação e exoneração;
- E) pode ser ocupante de cargo em comissão ou não concursado no exercício de cargo de livre nomeação e exoneração.

Noções de Direito Constitucional / Defesa do Estado e das instituições democráticas / Segurança pública; organização da segurança pública

Fonte: ADVOGADO / SUSAM/AM / 2014 / FGV

Q33.

A Constituição Federal organizou vários temas de forma inovadora. Um deles foi o Sistema de Segurança Pública, que incluí no seu rol a seguinte corporação:

- A) Polícia do Legislativo.
 - B) Polícia do Judiciário.
 - C) Polícia Municipal.
 - D) Polícia Ferroviária Federal.
 - E) Polícia do Sistema Metroviário.
-

Noções de Direito Constitucional / Ordem social / Segurança social

Fonte: ADMINISTRAÇÃO / Senado Federal / 2012 / FGV

Q34.

A respeito da Segurança Social, conforme o que rege a CRFB, analise o enunciado a seguir:

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I. do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei;

II. do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social;

III. sobre a receita de concursos de prognósticos.

Assinale

- A) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- B) se todos os itens estiverem corretos.
- C) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- D) se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- E) se nenhum item estiver correto.

Noções de Direito Constitucional / Ordem social / Educação, cultura e desporto

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - BACHAREL EM DIREITO / SME - Pref. Cuiabá/MT / 2015 / FGV

Q35.

A Constituição da República Federativa do Brasil dedicou uma seção específica à educação, tendo estabelecido, em seu Art. 205, que ela é "direito de todos e dever do Estado e da família".

Considerando a funcionalidade da Constituição e a natureza das normas constitucionais afetas a essa temática, assinale a afirmativa correta.

- A) O acesso à educação básica obrigatória caracteriza um direito público subjetivo.
- B) O acesso aos distintos níveis de ensino sempre consubstanciará um direito social imediata e integralmente exigível.
- C) A educação é um direito social que não sofre a influência da denominada "reserva do possível" para a sua efetividade.

- D) As normas afetas ao direito à educação sempre terão eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- E) Todas as normas afetas ao direito à educação possuem natureza programática.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Ordem social / Comunicação social

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 19ª / 2014 / FCC

Q36.

Astolpho Lucio Gregório Coragem, jornalista de um dos mais importantes veículos de comunicação do País, denuncia, de forma veemente, em longa reportagem, atos de corrupção praticados em órgão público da alta Administração federal, sem revelar a sua fonte. De acordo com a norma constitucional vigente,

- A) o jornalista sofrerá processo disciplinar e ação de improbidade por se utilizar de informações de fonte não revelada.
- B) por se tratar de crime contra a Administração pública, o jornalista é obrigado a revelar sua fonte de informações.
- C) o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte de informações.
- D) o jornalista tem o dever de revelar ao Ministério da Defesa e ao Poder Judiciário sua fonte de informações em processo protegido pelo segredo de justiça.
- E) em razão da prerrogativa de foro das autoridades envolvidas nos atos de corrupção noticiados, o jornalista é obrigado a revelar sua fonte de informações.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Ordem social / Meio ambiente

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO - ADVOGADO / CODEBA / 2016 / FGV

Q37.

A CRFB/88 destacou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida.

Sobre a disciplina constitucional do meio ambiente, assinale a afirmativa correta.

- A) Os espaços territorialmente protegidos criados pela Constituição são bens de uso comum do povo, de modo que restou excluída a possibilidade de propriedade privada nos mesmos.
- B) É vedada a manipulação de material genético em território nacional, tendo em conta o princípio da precaução ambiental.
- C) A instalação de empreendimento potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente exige estudo prévio de impacto ambiental.
- D) Os Estados não detêm competência constitucional para legislar sobre meio ambiente, atuando de forma supletiva à legislação federal.
- E) Em homenagem ao princípio da norma mais favorável ao meio ambiente, lei estadual pode vedar a instalação de usina que opere com reator nuclear em seu território.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Ordem social / Família, criança, adolescente e idoso

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ADVOGADO / PROCEMPA/ RS / 2014 / FGV

Q38.

Ana e Luiz são casados e desejam programar o crescimento da sua família, estabelecendo critérios econômicos para propiciar uma melhor qualidade de vida aos seus filhos. Em paralelo,

Roberto e Mauricio, amigos do casal Ana e Luiz, formam entidade familiar estável e requerem a adoção de um menor, postulando perante a autoridade judicial competente.

Ambos os casais requerem a concessão de auxílio assistencial pelo crescimento da família, que demanda proteção financeira do Estado.

Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência predominante, assinale a afirmativa correta.

- A) O casamento é protegido e as demais formações familiares têm interpretação restritiva.
- B) As entidades familiares autônomas equiparam-se ao casamento, nos aspectos formais.
- C) As uniões entre pessoas do mesmo gênero e de gênero diversos são acolhidas pelo sistema constitucional.
- D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é restritiva quanto à adoção por casais que representam as novas famílias.
- E) O espectro de proteção à família abrange a assistência social ampla e a remuneração pelos novos filhos aos casais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Infração penal: elementos, espécies; Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal

Fonte: ANALISTA DO MINISTERIO PUBLICO - AREA PROCESSUAL / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q39.

Diz-se que o crime é doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, e que o crime é culposo, quando o agente deu causa a resultado previsível por imprudência, negligência ou imperícia. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) o dolo direto de segundo grau também é conhecido como dolo de consequências necessárias;
- B) para a teoria finalista da ação, o dolo e a culpa integram a culpabilidade;
- C) no crime culposo, a imprudência se caracteriza por uma conduta negativa, enquanto a negligência, por um comportamento positivo;
- D) o crime culposo admite como regra a forma tentada;
- E) na culpa consciente, o agente prevê o resultado como possível, mas com ele não se importa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR / TJ/SC / 2018 / FGV

Q40.

Durante uma tragédia causada pela natureza, Júlio, que caminhava pela rua, é arrastado pela força do vento e acaba se chocando com uma terceira pessoa, que, em razão do choque, cai de cabeça ao chão e vem a falecer.

Sobre a consequência jurídica do ocorrido, é correto afirmar que:

- A) a tipicidade do fato restou afastada por ausência de tipicidade formal, apesar de haver conduta por parte de Júlio;
- B) a tipicidade do fato restou afastada, tendo em vista que não houve conduta penal por parte de Júlio;
- C) o fato é típico, ilícito e culpável, mas Júlio será isento de pena em razão da ausência de conduta;
- D) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica e ilícita, não é culpável, devendo esse ser absolvido;
- E) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica, não é ilícita, devendo esse ser absolvido.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Erro de tipo; erro de proibição

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA - SEGURANÇA / TRT 9ª / 2015 / FCC

Q41.

Maria, a fim de cuidar do machucado de seu filho que acabou de cair da bicicleta, aplica sobre o ferimento da criança ácido corrosivo, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento. A situação descrita retrata hipótese tratada no Código Penal como

- A) erro de proibição.
- B) erro na execução.
- C) estado de necessidade.
- D) exercício regular de direito.
- E) erro de tipo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Imputabilidade penal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TJ/AL / 2018 / FGV

Q42.

Gabriel, 25 anos, desferiu, de maneira imotivada, diversos golpes de madeira na cabeça de Fábio, seu irmão mais novo. Após ser denunciado pelo crime de lesão corporal gravíssima, foi realizado exame de insanidade mental, constatando-se que, no momento da agressão, Gabriel, em razão de desenvolvimento mental incompleto, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.

Diante da conclusão do laudo pericial, deverá ser reconhecida a:

- A) inimputabilidade do agente, afastando-se a culpabilidade;
- B) semi-imputabilidade do agente, afastando-se a culpabilidade;
- C) inimputabilidade do agente, afastando-se a tipicidade;
- D) semi-imputabilidade do agente, que poderá funcionar como causa de redução de pena;
- E) semi-imputabilidade do agente, afastando-se a tipicidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Concurso de pessoas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO / TRF 3ª / 2014 / FCC

Q43.

Segundo a jurisprudência hoje dominante no Superior Tribunal de Justiça, no âmbito dos crimes ambientais a máxima *societas delinquere non potest* seria aplicável à pessoa jurídica

- A) porque ela é incapaz de produzir conduta no sentido técnico-normativo do termo.

- B) porque ela não é continente para um juízo de imputação penal.
- C) porque ela não tem como ser sujeito de sanção penal.
- D) quando ela for imputada de modo isolado e dissociado de pessoas físicas.
- E) quando ela for imputada em conjunto com pessoas físicas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Crimes contra a pessoa

Fonte: APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO - SEGURANÇA INSTITUCIONAL / CNMP / 2015 / FCC

Q44.

João, 45 anos, foi assassinado por Judas Escariotes, 23 anos, que recebeu a quantia de R\$ 50.000,00 para praticar o crime. A conduta praticada por Judas Escariotes em face de João corresponde a homicídio

- A) culposo, cuja pena é de detenção de 1 a 3 anos.
- B) qualificado, mediante pagamento de recompensa, cuja pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.
- C) culposo, cuja pena inicialmente é de detenção de 1 a 3 anos. Porém, no caso em questão, houve circunstância agravante que resultou no aumento de um terço da pena pelo fato de Judas Escariotes ter fugido para evitar a prisão em flagrante.
- D) qualificado, cuja pena prevista é de 8 a 20 anos de reclusão. Porém, no caso em questão, houve circunstância agravante que resultou no aumento de um terço da pena pelo fato de Judas Escariotes ter fugido para evitar a prisão em flagrante.
- E) simples, mediante pagamento de recompensa, cuja pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Crimes contra o patrimônio

Fonte: ANALISTA DO MINISTERIO PUBLICO - AREA PROCESSUAL / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q45.

Maria, multireincidente em crimes patrimoniais, quando em gozo de livramento condicional, convida sua filha Julia, de 15 anos de idade, com anterior passagem pelo juízo da Infância e Juventude, para juntas subtraírem protetores solares de um supermercado no bairro em que residem, objetivando posterior venda no final de semana ensolarado que se avizinhava. Após ingressarem no estabelecimento comercial, de forma disfarçada, retiraram da prateleira e esconderam em suas vestes diversos potes daquela mercadoria, no que foram flagradas pelo sistema de monitoramento existente. Quando já haviam saído do supermercado, estando distante cerca de 300 metros, foram alcançadas por seguranças que efetuaram a abordagem e recuperaram as coisas subtraídas, posteriormente avaliadas em 250 reais. Diante do fato narrado, atento à jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Maria deverá ser:

- A) absolvida da imputação relativa ao crime patrimonial, eis que, em razão do sistema de monitoramento existente, impossível se mostrava a consumação do delito, devendo somente responder pelo crime de corrupção de menores;
- B) condenada pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, sendo absolvida do crime de corrupção de menores, em razão de Julia já estar corrompida anteriormente;
- C) condenada pelos crimes de furto qualificado pelo concurso de agentes e corrupção de menores;
- D) absolvida do crime patrimonial, por força da atipicidade material em razão do princípio da insignificância, e condenada pelo crime de corrupção de menores;
- E) condenada pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, admitida a forma privilegiada pelo pequeno valor da coisa subtraída, e pelo delito de corrupção de menores.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO / MPE/BA / 2017 / FGV

Q46.

Promotor de Justiça deflagrou ação penal pública incondicionada em desfavor do Policial Civil João, porque no dia, horário e local descritos na denúncia, João recebeu de Almir, para si, diretamente, em razão de sua função de escrivão de polícia, vantagem indevida consistente em cinco mil reais. Em consequência daquela vantagem, o denunciado deixou de praticar ato de ofício, por ter paralisado investigação, pois não cumpriu diligências determinadas pelo Delegado em inquérito policial que apura a prática, em tese, de crime por Almir. No caso em tela, de acordo com o Código Penal, o escrivão de polícia João praticou o delito de:

- A) corrupção passiva, com causa de aumento;
- B) corrupção ativa, com causa de aumento;
- C) concussão qualificada;
- D) peculato qualificado;
- E) condescendência criminosa qualificada.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Abuso de autoridade (Lei 4.898/65)

Fonte: TÉCNICO - OFICIAL DE DILIGÊNCIA / DPE/RO / 2015 / FGV

Q47.

A Lei nº 4.898, de 09.12.1965, conhecida como Lei de Abuso de Autoridade, traz um procedimento próprio para apuração e julgamento dos crimes previstos nesse diploma legal.

De acordo com as previsões dessa lei, é correto afirmar que:

- A) se o órgão do Ministério Público, por omissão, não oferecer denúncia no prazo fixado na lei, será admitida ação penal privada subsidiária;
- B) a ação penal depende necessariamente da existência de inquérito policial prévio;
- C) em regra, a audiência de instrução e julgamento não será pública, mas sim em segredo de justiça, já que envolve funcionário público;
- D) das decisões, despachos e sentenças proferidas no âmbito dos procedimentos da Lei nº 4.898/65 não caberão recursos, já que não previstos nesse diploma legal;
- E) caso o magistrado discorde da promoção de arquivamento da representação do Ministério Público, prosseguirá na ação independente de denúncia.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Tráfico ilícito de drogas (Lei 11.343/2006)

Fonte: ANALISTA DO MINISTERIO PUBLICO - AREA PROCESSUAL / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q48.

Em ação penal, Patrick foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas, aplicada a causa de diminuição do artigo 33, §4º da Lei nº 11.343/06, sendo fixada a pena de 01 ano e 08 meses de reclusão, não admitida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos,

enquanto Lucas foi absolvido em razão de trazer consigo entorpecente para fins de consumo pessoal. No mesmo processo, Marcel foi condenado unicamente pelo delito de associação para o tráfico, sendo aplicada a pena mínima de 03 anos a ser cumprida em regime inicialmente fechado, apenas pelo fato de o delito praticado ser hediondo. As partes apresentaram recurso de apelação e o Procurador de Justiça tem que apresentar seu parecer. De acordo com a posição pacificada e atual dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- A) diante do reconhecimento da causa de diminuição do artigo 33, §4º da Lei nº 11.343/06, o tráfico perde a natureza de crime equiparado ao hediondo;
- B) os fundamentos apresentados para fixação do regime de cumprimento de pena do crime de associação para o tráfico foram válidos e corretos;
- C) não cabe substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, ainda que preenchidos os requisitos do artigo 44 do Código Penal, em razão de expressa e válida previsão legal;
- D) a Lei nº 11343/06 descriminalizou a conduta de porte de substância entorpecente para consumo pessoal, tratando-se de infração meramente administrativa, não sendo possível a imposição de prisão ou eventual condenação ser considerada para efeito de reincidência;
- E) exige-se estabilidade e permanência para configuração do crime de associação para o tráfico.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Estatuto da Criança e do Adolescente

Fonte: ANALISTA DO MINISTERIO PUBLICO - AREA PROCESSUAL / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q49.

João, de forma livre e consciente, disponibilizou, por meio de publicação em seu site na internet, vídeo contendo cena de sexo explícito envolvendo adolescente. De acordo com o ordenamento jurídico, João cometeu crime previsto:

- A) no Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja pena é de reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa;
- B) no Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja pena é de detenção de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e suspensão do site;
- C) no Código Penal por estupro, cuja pena é de reclusão de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e suspensão do site;
- D) na Lei do Marco Civil da Internet, cuja pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e suspensão do site;
- E) na Lei do Marco Civil da Internet cuja pena é de detenção de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Estatuto do Desarmamento

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA SEGURANÇA JUDICIÁRIA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q50.

Além da declaração de efetiva necessidade, considere os seguintes requisitos para aquisição de arma de fogo de uso permitido:

I. Comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e

Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos.

II. Apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa.

III. Comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento da Lei.

Está correto o que se afirma em

- A) II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) I, apenas.
- E) I e II, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Inquérito Policial, Notitia Criminis

Fonte: TECNICO DO MINISTERIO PUBLICO - NOTIFICACOES E ATOS INTIMATORIOS / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q51.

Maria, 30 anos, foi vítima da prática de um crime de estupro, crime este de ação penal pública condicionada à representação. Apesar de não querer falar sobre os fatos ou contribuir para eventuais investigações, a mãe de Maria comparece à Delegacia e narra os fatos. Diante da situação apresentada e sobre o tema inquérito policial, é correto afirmar que:

- A) apesar de o oferecimento de denúncia depender de representação, a instauração do inquérito policial independe da mesma;
- B) ainda que conclua pela atipicidade dos fatos, uma vez instaurado formalmente o inquérito policial, não poderá a autoridade policial mandar arquivar os autos;
- C) o inquérito policial tem como uma de suas características a indispensabilidade;
- D) o Código de Processo Penal proíbe a reprodução simulada dos fatos antes do oferecimento da denúncia, ainda que com a concordância do indiciado;
- E) o inquérito policial tem como características a oralidade, a informalidade e o sigilo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Jurisdição e competência

Fonte: TECNICO DO MINISTERIO PUBLICO - NOTIFICACOES E ATOS INTIMATORIOS / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q52.

Promotor de Justiça vinculado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, durante férias em Vitória-ES, entra em discussão com companheiro de excursão de viagem e acaba por desferir facadas neste com a intenção de causar-lhe a morte, o que efetivamente ocorre. Nesse caso, será competente para julgar o promotor de justiça pelo homicídio causado:

- A) Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- B) Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;
- C) Tribunal do Júri do Espírito Santo;

- D) Tribunal do Júri do Rio de Janeiro;
- E) Superior Tribunal de Justiça.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Prisão em flagrante e prisão preventiva; Prisão especial

Fonte: TECNICO DO MINISTERIO PUBLICO - NOTIFICACOES E ATOS INTIMATORIOS / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q53.

Tem em curso, perante Promotoria de Investigação Criminal, inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime de receptação qualificada (art. 180, §1º - pena: 03 a 08 anos de reclusão e multa). Antes da denúncia, o Ministério Público formula apenas requerimento de busca e apreensão, encaminhando os autos ao juízo e solicitando que, após decisão, sejam encaminhados para Delegacia para prosseguimento das investigações. Ao analisar o pedido, o juiz defere o requerimento ministerial de busca e apreensão e, ainda, decreta a prisão preventiva do indiciado. De acordo com o Código de Processo Penal, a decisão do juiz foi:

- A) incorreta, pois não cabe, em hipótese alguma, prisão preventiva decretada de ofício no processo penal;
- B) válida, pois o juiz pode, a qualquer momento das investigações ou da ação penal, decretar a prisão preventiva do indiciado/acusado de ofício;
- C) incorreta, pois a pena prevista ao delito não admite a decretação de prisão preventiva, já que o crime foi praticado sem violência;
- D) incorreta, pois decretada de ofício no curso das investigações e não no curso de ação penal;
- E) válida, pois no momento em que o Ministério Público formulou requerimento de busca e apreensão, a decisão do magistrado de decretar a prisão não é considerada de ofício.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Da prova / Exame de corpo de delito

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA / TRT 15ª / 2013 / FCC

Q54.

O agente policial que comparecer em primeiro lugar ao local em que ocorreu crime de homicídio doloso deve

- A) reunir todos os objetos e instrumentos existentes no local em recipiente adequado, utilizando luvas para não afetar as eventuais impressões digitais e levá-los ao Instituto Médico Legal juntamente com o cadáver.
- B) remover o cadáver para o Instituto Médico Legal e delimitar a área com faixas de sinalização para impedir o acesso de terceiros.
- C) remover o cadáver para um hospital e apreender todos os objetos e instrumentos utilizados para a prática do crime, levando-os ao Instituto Médico Legal para exame.
- D) providenciar para que não se altere o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- E) fotografar o cadáver e as imediações do local em que foi encontrado e, em seguida, transportá-lo ao Instituto Médico Legal, cercando a área com faixas de sinalização para impedir o acesso de terceiros.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Da prova / Interrogatório e testemunhas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/SP / 2012 / FCC

Q55.

Tício está preso na Penitenciária de Presidente Venceslau, cumprindo pena por crimes de homicídio e sequestro, e responde a outro processo por crime de latrocínio na comarca de São Paulo, Capital. Há prova, nos autos, de que o agente integra uma facção criminosa e notícia de uma tentativa de resgate do

detento durante o seu deslocamento até a cidade de São Paulo para participar de um determinado ato processual. Designada audiência de instrução, interrogatório, debates e julgamento, o Juiz que preside o processo que tramita contra Tício pelo delito de latrocínio, em decisão fundamentada,

- A) deverá necessariamente realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com cinco dias de antecedência, assegurando ao preso a entrevista prévia e reservada com seu defensor, sendo dispensável o acompanhamento pelo preso de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, pela presença física de seu defensor no ato processual.
- B) deverá necessariamente realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com dez dias de antecedência, assegurando ao preso o acompanhamento de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, bem como entrevista prévia e reservada com seu defensor.
- C) poderá, em caráter excepcional, realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com cinco dias de antecedência, assegurando ao preso a entrevista prévia e reservada com seu defensor, sendo dispensável o acompanhamento pelo preso de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, pela presença física de seu defensor no ato processual.
- D) poderá, em caráter excepcional, realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com dez dias de antecedência, assegurando ao preso o acompanhamento de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, bem como entrevista prévia e reservada com seu defensor.
- E) deverá necessariamente realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com cinco dias de antecedência, assegurando ao preso o acompanhamento de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, bem como entrevista prévia e reservada com seu defensor.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal / Das citações e intimações

Fonte: TECNICO DO MINISTERIO PUBLICO - NOTIFICACOES E ATOS INTIMATORIOS / MPE/RJ / 2016 / FGV

Q56.

Analise as seguintes situações:

I – João mora em Barra Mansa, mas será testemunha em processo criminal que corre na Vara Criminal de Queimados, sendo que já se manifestou no sentido de que prefere ser ouvido no próprio juízo onde corre o processo.

II – Claudio está preso no Complexo de Gerició, em Bangu, e deverá ser citado para responder a nova ação penal que corre perante uma das Varas Criminais de Bangu.

III – Oficial de justiça comparece três vezes à casa de Francisco para citá-lo em processo criminal, mas, apesar de confirmado o endereço, nunca o encontra, certificando que o acusado está se ocultando para não ser citado.

Os atos de comunicação de João, Claudio e Francisco deverão ser realizados, respectivamente, da seguinte forma:

- A) intimação por carta precatória, citação pessoal por oficial de justiça e citação por hora certa;
- B) intimação por carta precatória, citação pessoal por oficial de justiça e citação por edital;
- C) intimação por edital, citação pessoal por oficial de justiça e citação por hora certa;
- D) intimação por carta precatória, citação por edital e citação por edital;
- E) intimação por edital, citação pessoal por oficial de justiça e citação por edital.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Estado, governo e administração pública / Conceitos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/SP / 2012 / FCC

Q57.

Em seu sentido subjetivo, a administração pública pode ser definida como

- A) a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob o regime de direito público, para a realização dos interesses coletivos.
- B) o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas ao qual a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.
- C) os órgãos ligados diretamente ao poder central, federal, estadual ou municipal. São os próprios organismos dirigentes, seus ministérios e secretarias.
- D) as entidades com personalidade jurídica própria, que foram criadas para realizar atividades de Governo de forma descentralizada. São exemplos as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
- E) as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, se federal, criadas para exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Estado, governo e administração pública / Elementos, poderes e organização

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO / TJ/RO / 2015 / FGV

Q58.

A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que ela é formada pela união:

- A) indissolúvel dos Estados e dos Municípios;
- B) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- C) dissolúvel dos Estados, dos Municípios e dos Territórios;
- D) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- E) dissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Estado, governo e administração pública / Natureza, fins e princípios

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO / TJ/SC / 2018 / FGV

Q59.

A Administração Pública tem entre seus fundamentos o princípio da supremacia do interesse público, garantidor de prerrogativas que possibilitam o cumprimento de objetivos necessários à atuação estatal.

Esse princípio é adequadamente evidenciado quando:

- A) governador remove servidor como forma de punição;
- B) estado aluga prédio de particular para alocar a secretaria de fazenda;
- C) administrador público pode fazer tudo aquilo que não é considerado ilícito;
- D) prefeito desapropria imóveis para a construção de viaduto, garantindo indenização prévia;
- E) polícia civil decide discricionariamente sobre interceptação telefônica.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Organização administrativa da União / Administração direta e indireta

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR / TJ/SC / 2018 / FGV

Q60.

Centros de competência especializada dispostos na intimidade de uma pessoa jurídica, sem personalidade jurídica e vontade

próprias, com intenção de garantir a especialização nas atividades prestadas com maior eficiência, são chamados pela doutrina de Direito Administrativo de:

- A) órgãos, sejam da Administração Direta, sejam as entidades de direito público da Administração Indireta, e somente podem ser criados ou extintos por meio de lei;
- B) autarquias, que fazem parte da Administração Indireta, e somente podem ser criadas por meio de lei específica, após regular processo legislativo;
- C) fundações públicas, que fazem parte da Administração Indireta, e podem ser criadas por meio de qualquer ato normativo;
- D) entidades da Administração Indireta, que podem ser criadas por meio de qualquer ato normativo, após regular processo administrativo ou legislativo;
- E) entidades da Administração Direta, que somente podem ser criadas ou extintas por meio de lei, após regular processo legislativo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Agentes públicos / Espécies e classificação

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO - ANALISTA DE GESTÃO DE PESSOAS (HABILITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO) / COMPESA / 2018 / FGV

Q61.

A CLT, legislação que rege as relações trabalhistas na iniciativa privada, regula, também, alguns cargos da Administração Pública.

Assinale a opção que apresenta um cargo da Administração Pública regido pela CLT.

- A) engenheiro de agência reguladora.
- B) analista de empresa pública.
- C) secretário de fazenda.
- D) técnico de autarquia.
- E) cargo em comissão de chefia em município.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Agentes públicos / Poderes, deveres e prerrogativas

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2017 / FCC

Q62.

O ingresso no serviço público está sujeito ao cumprimento dos termos e condições previstos na legislação, dentre os quais,

- A) a obrigatoriedade de submissão a concurso público de provas e títulos para provimento de cargos e empregos públicos, admitindo-se a inclusão de outros requisitos de habilitação se houver previsão legal e pertinência com as atribuições a serem executadas pelo servidor.
- B) a realização de provas físicas, psicológicas e psicotécnicas após a aprovação em concurso público de provas e títulos, para aferição da expectativa de longevidade dos candidatos.
- C) o concurso público de provas e títulos, necessário para provimento de cargos públicos, vedada a exigência de outros requisitos de habilitação, como exames psicotécnicos ou físicos.
- D) a submissão a prévio concurso público de títulos e documentos, para cargos, empregos e funções públicas, independentemente do prazo de duração do vínculo funcional pretendido, como forma de privilegiar os princípios da igualdade e da publicidade.
- E) a possibilidade de nomeação para cargos de livre provimento, seja para vínculos funcionais temporários, seja para vínculos funcionais permanentes, passíveis de extinção apenas por meio de processo administrativo disciplinar.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q63.

Entre as semelhanças e distinções possíveis de serem indicadas para os ocupantes de cargos e empregos públicos, está a

- A) possibilidade de submissão a regime público de aposentadoria, independente da natureza jurídica do ente ao qual estão vinculados, desde que previsto na lei de criação do ente.
- B) obrigatoriedade, para ambos, de se submeterem a estatuto disciplinar contendo direitos e deveres, estes que, se violados, dão lugar a processo disciplinar para aplicação de penalidades, exigindo-se participação de advogado para imposição de pena demissão.
- C) obrigatoriedade de prévia submissão a concurso público de provas e títulos, sendo que, no caso de empregados públicos, desde que, da lei que cria o ente que integra a Administração indireta, tenha constado essa exigência.
- D) responsabilidade objetiva para os funcionários públicos, à semelhança do imposto para a Administração direta, enquanto remanesce a modalidade subjetiva para os ocupantes de emprego público e seus empregadores.
- E) possibilidade dos empregados públicos serem demitidos por decisão motivada, não sendo necessário processo disciplinar, tal qual exigido para os funcionários públicos efetivos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q64.

Leia o texto a seguir.

É forma de reorganização de cargos e carreiras, de reestruturação e realocação de servidores, de um cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou Instituição do mesmo Poder.

O texto apresenta a definição de

- A) ascensão.
- B) reintegração.
- C) reversão.
- D) transferência.
- E) reaproveitamento.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q65.

Maria é servidora pública municipal ocupante exclusivamente de cargo em comissão há dez anos. Ao descobrir que Maria estava grávida, o Prefeito Municipal decide exonerá-la, mas solicita, por cautela, parecer prévio à Procuradoria Municipal. Com base nas normas constitucionais que regem a matéria, o Procurador emite, corretamente, parecer no sentido de que:

- A) apesar de o cargo em comissão ser de livre nomeação e exoneração, a servidora goza de estabilidade provisória decorrente da gravidez, razão pela qual não é recomendável sua imediata exoneração;
- B) apesar de o cargo em comissão ser de livre nomeação e exoneração, a exoneração da servidora por motivo exclusivo de gravidez deve ser precedida de processo administrativo no

qual se comprove a existência gestação;

- C) se proceda imediatamente à exoneração da servidora, desde que não conste na fundamentação do ato a existência da gravidez, para evitar a aplicação da teoria dos motivos determinantes;
- D) se proceda imediatamente à exoneração da servidora, conforme vontade do Prefeito, eis que cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, não fazendo jus a servidora a qualquer estabilidade;
- E) se proceda imediatamente à exoneração da servidora, antes do nascimento do filho, eis que, apesar de a servidora não ter direito à estabilidade provisória pela gravidez, terá direito à licença maternidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Regime Jurídico / Remoção, redistribuição e substituição

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: SEGURANÇA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q66.

Jéssica, servidora pública federal, é casada com Ricardo, servidor público civil do Estado do Mato Grosso. Ambos os servidores exercem suas atribuições em Cuiabá. Ocorre que, Ricardo foi deslocado para o Município de Sinop, no interesse da Administração pública. Nesse caso, Jéssica, pretendendo ficar próxima de seu cônjuge formulou pedido de remoção. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

- A) será cabível, na hipótese, tão somente a aplicação do instituto da redistribuição que pode ocorrer independentemente do interesse da Administração.
- B) não será cabível qualquer modalidade de remoção, bem como de qualquer instituto destinado à transferência de Jéssica, devendo a servidora obrigatoriamente permanecer em Cuiabá.
- C) será cabível a remoção, a pedido, mas dependerá do interesse da Administração.
- D) será cabível, exclusivamente, a remoção de ofício, no interesse da Administração.
- E) será cabível a remoção, a pedido, independentemente do interesse da Administração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Regime Jurídico / Direitos e vantagens

Fonte: FISCAL DE TRIBUTOS / SMF - Pref. Niterói/RJ / 2015 / FGV

Q67.

Leandro, servidor público ocupante de cargo efetivo da Administração Direta municipal, foi eleito para exercer mandato eletivo de Vereador. Com base no regime jurídico constitucional aplicável à espécie, é correto afirmar que Leandro:

- A) perceberá necessariamente as vantagens do cargo eletivo, independentemente da compatibilidade de horários;
- B) perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, caso haja compatibilidade de horários;
- C) perceberá necessariamente as vantagens do cargo efetivo, independentemente da compatibilidade de horários;
- D) será afastado do cargo efetivo, independentemente da compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- E) será afastado do cargo efetivo, independentemente da compatibilidade de horários, auferindo ambas as remunerações.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Regime Jurídico / Regime disciplinar

Q68.

Em relação às penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos federais, julgue como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) as sentenças a seguir:

- () São condutas passíveis de advertência coagir ou aliciar subordinados a partido político, e retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- () Em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, o servidor está sujeito à suspensão.
- () A acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas é passível de advertência e, provada a má-fé, implica suspensão e aplicação de multa.
- () A apuração de abandono de cargo e inassiduidade habitual, para os servidores em estágio probatório, subsidia exclusivamente a avaliação especial de desempenho.

A sequência correta é:

- A) V, V, F, V;
- B) V, F, V, F;
- C) V, V, F, F;
- D) F, V, V, F;
- E) F, V, F, V.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Regime Jurídico / Responsabilidade civil, criminal e administrativa

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL / TRT 5ª / 2013 / FCC

Q69.

A Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece a responsabilidade civil, penal e criminal pelo exercício irregular de suas atribuições. Nos termos desse ordenamento legal, a responsabilidade civil decorre de ato que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros na forma

- A) culposa ou dolosa, omissiva ou comissiva.
- B) omissiva ou comissiva, dolosa, mas não culposa.
- C) dolosa ou culposa, omissiva, mas não comissiva.
- D) comissiva, dolosa, mas não omissiva nem culposa.
- E) dolosa ou culposa, comissiva, mas não omissiva.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder hierárquico

Fonte: TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - GERAL / MPE/AL / 2018 / FGV

Q70.

O Subsecretário de Estado de Administração, no regular exercício de suas competências, decidiu instaurar processo administrativo para aquisição de produtos de limpeza, o que veio a determinar aos seus subordinados de modo expresso.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Secretário de Estado de Administração decidiu revogar a decisão tomada, por vê-la como

contrária ao interesse público.

Sobre o prisma dos poderes administrativos, o ato praticado pelo Secretário de Estado é emanção do poder

- A) hierárquico, mas foi usado de modo irregular, pois o Secretário deveria suspender o ato praticado pelo Subsecretário, cabendo a revogação ao Prefeito.
- B) hierárquico, mas foi usado de modo irregular, pois só autoriza a anulação de atos ilegais praticados pelo Subsecretário, não a sua revogação.
- C) disciplinar, mas foi usado de modo irregular, pois só autoriza a anulação de atos ilegais praticados pelo Subsecretário, não a sua revogação.
- D) disciplinar, que foi usado de modo regular, pois autoriza a anulação e a revogação dos atos praticados pelo Subsecretário.
- E) hierárquico, que foi usado de modo regular, pois autoriza tanto a anulação como a revogação dos atos praticados pelo Subsecretário.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder disciplinar

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO / Assembleia Legislativa/SE / 2018 / FCC

Q71.

O poder disciplinar

- A) é sempre vinculado.
- B) equipara-se, em determinadas hipóteses, ao poder punitivo do Estado, realizado por meio da Justiça Penal.
- C) não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
- D) pode ser exercido ainda que não esteja legalmente atribuído.
- E) vincula-se ao poder hierárquico, um reduzindo-se ao outro, haja vista que o primeiro é mais amplo que o segundo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder regulamentar

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR / SSP/AM / 2015 / FGV

Q72.

Hipótese 1: Governador do Amazonas editou decreto contendo atos gerais para complementar determinada lei estadual e permitir a sua efetiva aplicação.

Hipótese 2: Agentes da equipe de fiscalização de postura municipal de Manaus interditaram um mercado que funcionava sem alvará e apreenderam mercadorias impróprias para o consumo.

Nos casos apresentados, as providências administrativas adotadas pelos agentes públicos foram calcadas, respectivamente, nos poderes:

- A) hierárquico e punitivo;
 - B) legislativo e disciplinar;
 - C) hierárquico e disciplinar;
 - D) legislativo e de fiscalização;
 - E) regulamentar e de polícia.
-

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder de polícia

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR / TJ/SC / 2018 / FGV

Q73.

Os poderes administrativos são instrumentais, pois consistem em mecanismos de trabalho por meio dos quais os órgãos e as entidades administrativas executam suas tarefas e cumprem suas missões.

São hipóteses, respectivamente, de emprego do poder regulamentar e do poder de polícia, quando o agente público municipal competente:

- A) indefere a implantação de determinado loteamento urbano requerido por particular, por não atender aos requisitos legais; e atua como segurança patrimonial para preservar certo bem público municipal;
- B) emite ato administrativo de demissão de servidor público municipal, após regular processo administrativo disciplinar; determina a servidor hierarquicamente inferior que desempenhe certa função na repartição onde está lotado;
- C) edita decreto contendo normas gerais que complementam lei ordinária municipal em determinada matéria; e procede à apreensão de produtos impróprios para consumo em mercado privado;
- D) delega para autoridade municipal hierarquicamente inferior a prática de certo ato administrativo; e aplica pena disciplinar a servidor público municipal, observado o devido processo legal;
- E) edita emenda à lei orgânica municipal com regras específicas sobre serviços de interesse local; e expede ordem de serviço disciplinando a divisão de atribuições de servidores lotados na Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Noções de Direito Administrativo / Poderes administrativos / Uso e abuso do poder

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - ÁREA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS 2 / Câmara de Salvador/BA / 2018 / FGV

Q74.

O Presidente da Câmara Municipal, por não concordar com a ideologia religiosa ligada ao candomblé de Vitor, servidor público ocupante de cargo efetivo da Câmara, expediu ato de remoção do servidor. Inconformado, Vitor ajuizou ação judicial alegando e comprovando a verdadeira circunstância fática que motivou sua remoção.

O ato de remoção deve ser:

- A) mantido, pois não cabe ao Poder Judiciário se imiscuir no mérito administrativo, pelo princípio da separação dos poderes;
- B) mantido, pois ao Poder Judiciário cabe somente o controle da legalidade dos atos administrativos oriundos dos demais poderes;
- C) invalidado, pois houve abuso de poder na modalidade excesso de poder, maculando o elemento da competência do ato administrativo;
- D) invalidado, pois houve abuso de poder na modalidade desvio de poder, maculando o elemento da finalidade do ato

administrativo;

- E) invalidado, pois houve abuso de autoridade pela discriminação religiosa, maculando o elemento do objeto do ato administrativo.

Analista Legislativo Municipal - Área de Licitação, Contratos e Convênios - C2 (Licitação, Contratos e Convênios)

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle administrativo

Fonte: AGENTE DE POLÍCIA / Polícia Civil/AP / 2017 / FCC

Q75.

Iniciada nova gestão de determinada Administração pública estadual, o Secretário da Educação, diante da proximidade do término da vigência do contrato de fornecimento de refeições para as unidades escolares de ensino técnico, decidiu elaborar termo de referência com sensíveis alterações em relação à última licitação. De acordo com a motivação, as refeições, que incluíam merenda e almoço, deveriam, obrigatoriamente, basear-se em parâmetros de alimentação saudável, com indicação expressa de itens e categorias cuja inclusão no cardápio era vedada, tais como frituras e produtos industrializados. De outra parte, havia também elenco de categorias e grupos de alimentos obrigatórios, cabendo ao contratado apresentar mensalmente ao administrador o cardápio que seria aplicado no mês subsequente, viabilizando eventuais alterações. O valor do contrato mostrou-se sensivelmente superior ao anteriormente executado, mesmo se considerados reajustes e correção monetária do primeiro. O contratado anterior, não tendo logrado êxito em vencer a nova licitação, impugnou judicialmente e junto ao Tribunal de Contas a licitação, sob o argumento de que a decisão da Administração elevou, de forma desarrazoada, as despesas com o fornecimento de refeições, onerando desnecessariamente os cofres públicos. Sob o prisma do controle externo, a cargo do Judiciário e do Tribunal de Contas,

- A) cabe analisar a regularidade do procedimento de tomada de decisão pelo administrador, ao qual compete o juízo discricionário na escolha das políticas públicas, de forma que estando justificada a alteração do objeto da licitação e preenchidos os requisitos de legalidade, não procedem as impugnações feitas.
- B) pode o Tribunal de Contas exercer o controle sobre a atuação discricionária da Administração pública, razão pela qual, no caso proposto, pode anular o contrato e a licitação operados, determinando a realização de novo certame, com os parâmetros de economicidade.
- C) exerce o Judiciário o controle de legalidade sobre os atos da Administração, de modo que, no caso apresentado, pode analisar o mérito da decisão administrativa que reformulou o fornecimento de refeições para as unidades escolares, tendo em vista que acarretou sensível acréscimo nas despesas do ente.
- D) cabe a esses órgãos a revisão das decisões da Administração pública sob os aspectos da legalidade e da discricionariedade, razão pela qual podem anular os contratos administrativos que se mostrarem excessivamente onerosos.
- E) cabe ao Tribunal de Contas examinar os aspectos de legalidade, discricionariedade, economicidade e oportunidade dos atos e negócios da Administração pública durante o procedimento licitatório, findo o qual o controle de legalidade fica adstrito ao Poder Judiciário, mediante provocação dos eventuais prejudicados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Ética profissional

Fonte: PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO / INSS / 2012 / FCC

Q76.

Considere duas hipóteses:

I. Fernanda, servidora pública civil do Poder Executivo Federal, tem sido vista embriagada, habitualmente, em diversos locais públicos, como eventos, festas e reuniões.

II. Maria, também servidora pública civil do Poder Executivo Federal, alterou o teor de documentos que deveria encaminhar para providências.

Nos termos do Decreto nº 1.171/1994:

- A) ambas as servidoras públicas não se sujeitam às disposições previstas no Decreto nº 1.171/1994.
 - B) apenas o fato descrito no item II constitui vedação ao servidor público; o fato narrado no item I não implica vedação, vez que a lei veda embriaguez apenas no local do serviço.
 - C) apenas o fato descrito no item I constitui vedação ao servidor público, desde que ele seja efetivo.
 - D) ambos os fatos não constituem vedações ao servidor público, embora possam ter implicações em outras searas do Direito.
 - E) ambos os fatos constituem vedações ao servidor público.
-

